



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 20 DE JUNHO DE 2000

Estamos hoje aqui reunidos para anunciar o conjunto de medidas a serem implementadas pelo Governo Federal para encaminhar e enfrentar, dentro de sua área de competência específica, a questão da violência e da segurança pública no Brasil.

As estatísticas, ninguém ignora, revelam um quadro que demanda ações enérgicas. Ao olharmos para esses números, não podemos sobretudo perder de vista a dimensão humana, a dimensão da tragédia pessoal e familiar que se abate sobre as vítimas da violência. Por trás do que se chama de violência social e de falta de segurança pública, há sempre – e isso é o que mais choca e comove a todos nós, brasileiros – o sofrimento pessoal das vítimas e das famílias. Esse é um sofrimento que inspira a solidariedade imediata de todos nós. Seria mesmo o caso de nos perguntarmos: qual de nós já não sofreu a ação dessa violência? Qual de nós já não se sentiu, em vários momentos, indignado, conflagrado, com cenas que, mesmo que não as tenhamos vivido diretamente, vimos pela televisão, ouvimos no rádio, lemos nos jornais, ouvimos pelo relato de amigos, e assim por diante?

É com essa preocupação no espírito e pensando, antes de mais nada, na segurança do cidadão, que nós, já de algum tempo, estamos trabalhando na formulação de um conjunto de medidas de combate à criminalidade em todas as suas formas. Essas medidas trazem uma forte ênfase nas tarefas que são próprias do Governo Federal, como o combate às drogas, o combate ao tráfico de armas e o policiamento das fronteiras. Mas elas não se esgotam aí e prevêm uma ampliação da cooperação entre o Governo Federal e os governos estaduais, de forma a assegurar um combate ainda mais efetivo a todo tipo de criminalidade.

Já há algum tempo, mesmo ainda à época do Ministro José Carlos Dias, nos estávamos dedicando a organizar os meios e os recursos financeiros para atacar as prioridades mais imediatas na área da segurança pública. Até o ano de 2002, o Governo Federal vai investir cerca de 3 bilhões de reais nesse conjunto de ações, que irão complementar a ação própria dos governos estaduais e ampliar a ação direta do Governo Federal, no que diz respeito ao combate às drogas, ao controle das fronteiras e ao tráfico de armas.

O Ministro José Gregori vai detalhar, para os Senhores e as Senhoras e, portanto, para o nosso país, as medidas que estão sendo postas em prática. É um conjunto amplo, e nesse momento gostaria de destacar apenas algumas.

Em primeiro lugar, o próprio esforço do Ministério da Justiça. A partir de agora e por determinação do Presidente da República, o Ministério da Justiça dedicará tempo integral à luta contra a violência. O Ministro Gregori assumiu como uma missão essa tarefa de se dedicar à questão do combate à violência.

Nesse âmbito, determinei ao Ministro-Chefe da Casa Civil que faça as modificações necessárias no sentido de assegurar o funcionamento adequado da nova estrutura que está sendo desenhada e garantir que o Ministério da Justiça possa contar com uma maior musculatura para bem desempenhar sua tarefa. Ao mesmo tempo, isso requererá que certas funções sejam transferidas para outros órgãos, para outros ministérios, se assim for necessário.

Será o Ministro José Gregori quem irá, portanto, ser o responsável e quem irá acompanhar a implantação desse sistema que estamos montando, inclusive com um sistema de acompanhamento geral das polícias, para permitir que tenhamos um balanço continuado do que está acontecendo e dos progressos havidos no Brasil.

Isso não se fará, é certo, com o intuito de controlar aquilo que não é próprio ao Governo Federal, vale dizer, a ação dos estados e dos governadores, mas antes será feito com o sentido de nos orientarmos, para que possamos complementar, na medida das possibilidades, aquilo que está sendo feito.

Estamos também criando um Fundo Nacional de Segurança Pública. Esse será o instrumento-chave por meio do qual poderemos materializar nossa cooperação com os governos estaduais. Por meio de convênios a serem firmados com os governadores de estado, estaremos contribuindo para um aprimoramento da polícia, o que permitirá que ela preste um serviço cada vez mais confiável à população.

Pretendo conversar, individualmente, com cada um dos governadores. Tenho presente que cada estado tem uma situação que lhe é própria e os governadores serão os primeiros a dizer quais as prioridades em seus estados.

Estamos viabilizando, para este ano, 235 milhões de reais com esse propósito e até 2002 vamos aplicar 1 bilhão de reais com esse objetivo.

Ao mesmo tempo – e repito, estou apenas chamando a atenção para umas poucas medidas, porque o Ministro Gregori as detalhará depois –, vamos enviar uma medida provisória proibindo o licenciamento de armas por 180 dias, enquanto o Congresso decide sobre um projeto de lei, que lá está, que vai definir a política nessa questão. É óbvio que, se o Congresso tomar a decisão amanhã, prevalecerá a decisão do Congresso.

Estamos apenas antecipando e dando condições para que, enquanto o Congresso toma suas deliberações, nós possamos frear esse licenciamento de armas e avaliar, também, melhor, e quem sabe o próprio Congresso possa fazê-lo, os efeitos de tal medida. Apenas repito que a sociedade está exigindo de todos nós uma ação mais rápida nessa matéria.

Também quero lhes dizer que vamos entrar, realmente, em um mutirão. Reiterando o que eu disse ontem, não podemos imaginar que seja possível enfrentar a questão da violência com decisões isoladas, por melhores que elas sejam, por mais bem intencionadas. Nem podemos enfrentá-las simplesmente com as chamadas medidas de impacto, que lembram até certas épocas anteriores do regime autoritário, onde se gostava de criar medidas de impacto.

Precisamos de medidas continuadas, cívicas, responsáveis, enérgicas, duras e, sobretudo, que tenham o apoio da sociedade. Ações assim devem mobilizar todos os níveis de governo e a sociedade em seu conjunto. Tenho a convicção de que este é o rumo a seguir nos esforços, que são para nós uma clara prioridade, de assegurar a tranquilidade da família brasileira, de cada um de nós, homens e mulheres, crianças e idosos. Causa-nos uma frustração compungida ver, por exemplo, as estatísticas sobre mortalidade de jovens pela violência.

Vencer o desafio de derrotar a violência e a criminalidade exigirá uma ação coordenada. Mais que isso, exigirá a união de todos nós, de cada brasileiro, de cada homem de bem.

Não estou colocando, portanto, essas questões nem no plano de disputa administrativa entre níveis de governo, nem no plano partidário, menos ainda no plano da demagogia, sobretudo da demagogia político-eleitoral. Estou colocando essa questão no plano em que ela, realmente, está posta pelo próprio povo como um imperativo, como um dever de patriotas, como dever de gente que gosta do Brasil e que não pode mais continuar aceitando que se desfigure a imagem que temos do nosso país, através de uma ação continuada de violência, e muito menos através do sentimento de falta de punibilidade.

Ao lado dessas medidas, vamos também reforçar a ação própria do Governo Federal. A ação própria do Governo Federal diz respeito à questão das drogas e à questão das fronteiras, à questão, portanto, do tráfico de armas. Aí sim, há instituições específicas, como a Polícia Federal, que estamos – os Senhores verão pelo plano aqui a

ser apresentado pelo Ministro Gregori – reforçando com a finalidade específica de atuar nessas áreas, sobretudo nas áreas da fronteira.

Não é o momento de se fazer balanço, o que se fez, o que se deixou de fazer. Não estamos começando agora. Muito já foi feito. Mas é preciso fazer mais.

Da mesma forma, as Forças Armadas terão recursos para, num primeiro momento, poderem também reforçar as suas unidades de fronteira, sobretudo na fronteira amazônica e na fronteira do Centro-Oeste e, num segundo momento, para ampliar a sua presença nas fronteiras. Tudo isso, evidentemente, foi determinado por mim, depois de termos conversado com os responsáveis por essas áreas e tudo isso é perfeitamente possível de ser feito. Os recursos estão previamente destinados e creio que, daqui por diante, o Ministro Gregori não apenas enfrentará essas questões e dará o bom combate contra a violência, como poderá prestar os esclarecimentos necessários que se façam presentes hoje.

Muito obrigado.